

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 151, 24 DE OUTUBRO DE 2014.

Altera a Lei Complementar nº 01, de 31 de outubro de 1995.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL,
Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Ficam alterados os arts. 28 e 77 da Lei Complementar nº 01 de 31 de outubro de 1995, que Institui o Código de Posturas para o Município de Eldorado do Sul, os quais passam vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. Nenhum estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços ou de entidades associativas poderão funcionar sem prévia licença do Município.

A infração do disposto neste artigo acarretará a pena de multa de 3 UFM a 15 UFM e a interdição do estabelecimento até sua regularização junto à Prefeitura Municipal.”

“Art. 77. Fica proibido, no perímetro urbano, a criação de abelhas, galinhas, aves domésticas, gados de todas as espécies tais como: bovino (bois e vacas), suíno (porcos), ovino (ovelhas e carneiros), caprino (cabras e bodes), equino (cavalos), muar (mulas), asinino (jumentos) e bufalino (búfalos).

Pena: Multa de 1UFM por animal identificado.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 24 de outubro de 2014.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei Complementar nº 151, de 24 de outubro de 2014, que: *“Altera a Lei Complementar nº 01, de 31 de outubro de 1995.”*

O Projeto de Lei em tela visa ampliar o rol de animais os quais são proibidas a criação em perímetro urbano, tendo em vista o número de reclamações por parte dos munícipes à Prefeitura, a qual não havia referência na Lei em epígrafe.

Ainda, visando coibir a criação deste animais em zona urbana a pena nestes casos passará para 1 UFM por animal identificado, que atualmente era de 1 UFM não importando o número de animas, como regravava o art. 77.

De outro lado, com relação a alteração do art. 28, a qual trata da licença municipal, a alteração proposta viabilizará a possibilidade do contribuinte ter seu estabelecimento comercial reaberto, já que será interditado e não fechado como está na atual redação, após ter sido sanadas as irregularidades encontradas pelos fiscais do Município.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal